



**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2015**  
**(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 682, DE 2015)**

Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR até a completa liquidação das obrigações deste Fundo, as Leis nºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 38 e 53 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:



**“Art. 38.** .....

.....

**§ 5º** Fica a ABGF encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR até a completa liquidação das

obrigações desse Fundo, observadas as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, conforme previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010.

**§ 6º** Ato do Poder Executivo disporá sobre a remuneração da ABGF pela gestão do Fundo de que trata o § 5º.” (NR)

“**Art. 53.** Após dez anos de constituição da ABGF ou após cinco anos da convocação para posse decorrente de seu primeiro concurso público, o que advier primeiro, pelo menos 50% (cinquenta por cento) das suas funções gerenciais deverão ser exercidos por seu pessoal permanente.

**I** – (revogado);

**II** – (revogado).” (NR)

**Art. 2º** Os arts. 108 e 113 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com as seguintes alterações:



“**Art. 108.** .....

**§ 1º** Caso a penalidade prevista no inciso IV do caput deste artigo seja aplicada à pessoa natural, responderá solidariamente o ressegurador ou a sociedade seguradora ou de capitalização, assegurado o direito de regresso, e a penalidade poderá ser cumulada com aquelas constantes dos incisos I, II, III ou V do caput deste artigo.

.....” (NR)

“**Art. 113.** As pessoas naturais ou jurídicas que realizarem operações de capitalização, seguro, cosseguro ou resseguro sem a devida autorização estão sujeitas às penalidades administrativas previstas no art. 108, aplicadas pelo órgão fiscalizador de seguros, aumentadas até o triplo.

.....  
**§ 1º** Caso a penalidade de multa seja aplicada à pessoa natural, responderá solidariamente a pessoa jurídica, assegurado o direito de regresso, e a penalidade poderá ser cumulada com aquelas constantes dos incisos I, II, III e V do caput do art. 108.

**§ 2º** A multa prevista no caput será fixada com base na importância segurada ou em outro parâmetro a ser definido pelo órgão regulador de seguros.” (NR)

**Art. 3º** O disposto no art. 2º aplica-se a ato ou fato pretérito não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

**Art. 4º** O art. 25 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º a 4º:



**“Art. 25.** .....

**§ 1º** A instituição financeira que exigir a contratação de apólice de seguro rural como garantia para a concessão de crédito rural fica obrigada a oferecer ao financiado a escolha entre, no mínimo, duas apólices de diferentes seguradoras, sendo que pelo menos uma delas não poderá ser de empresa controlada, coligada ou pertencente ao mesmo conglomerado econômico-financeiro da credora.

.....  
**§ 2º** Caso o mutuário não deseje contratar uma das apólices oferecidas pela instituição financeira, esta ficará obrigada a aceitar apólice que o mutuário tenha contratado com outra seguradora habilitada a operar com o seguro rural.

**§ 3º** A instituição financeira deverá fazer constar dos

contratos de financiamento ou das cédulas de crédito, ainda que na forma de anexo, comprovação de que foi oferecida ao mutuário mais de uma opção de apólice de seguradoras diferentes e que houve expressa adesão do mutuário a uma das apólices oferecidas ou, se for o caso, que ele optou por apólice contratada com outra seguradora, na forma estatuída nos §§ 1º e 2º deste artigo.

**§ 4º** O Conselho Monetário Nacional, ouvidos a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, criado pela Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, poderá regulamentar a implementação do disposto neste parágrafo e nos §§ 1º a 3º deste artigo.” (NR)

**Art. 5º** A Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“**Art. 1º** .....  
.....

**§ 5º** As formas de concessão da subvenção econômica de que trata este artigo deverão preservar o direito de livre escolha dos produtores rurais pelas apólices, natureza dos riscos cobertos e seguradoras de seu interesse.

**§ 6º** O poder público não poderá exigir a contratação de seguro rural como condição para acesso ao crédito de custeio agropecuário.” (NR)

“**Art. 2º** .....

*Parágrafo único.* Poderá ser exigido do produtor rural, como condição para acessar a subvenção econômica de que trata esta Lei, o fornecimento de dados históricos individualizados dos ciclos produtivos antecedentes em relação à atividade agropecuária a ser

segurada.” (NR)

“**Art. 3º** .....

.....

**§ 2º** O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento organizará e disponibilizará na rede mundial de computadores um banco de dados com as informações das operações subvencionadas, objetivando fornecer dados estatísticos que facilitem os cálculos atuariais e a precificação do seguro rural.” (NR)

“**Art. 4º** .....

.....

**§ 4º** O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural contará, em sua composição, com um representante dos produtores rurais e um das seguradoras habilitadas a operar com seguro rural.” (NR)

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL**

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=A14F95E9F943337C86BDE5254E980EB2.proposicoesWeb1?codteor=1360656&filename=MPV+682/2015](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A14F95E9F943337C86BDE5254E980EB2.proposicoesWeb1?codteor=1360656&filename=MPV+682/2015)

## **EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA**

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=172266&tp=1>

## **PARECER Nº 79 - CN DA COMISSÃO MISTA**

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=181134&tp=1>

## **NOTA TÉCNICA**

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=171945&tp=1>

## **OFÍCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1403077&filename=Tramitacao-MPV+682/2015](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1403077&filename=Tramitacao-MPV+682/2015)

## **SINOPSE DE TRAMITAÇÃO NA CÂMARA**

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_imp?idProposicao=1570899&ord=1&tp=completa](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=1570899&ord=1&tp=completa)

## **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2015**

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Congresso/apn-031-mpv682.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Congresso/apn-031-mpv682.htm)

## MPV Nº 682/2015

Publicação no DOU	13/07/2015
Designação da Comissão	15/07/2015
Instalação da Comissão	12/08/2015
Emendas	até 19/07/2015**
Prazo na Comissão	*
Remessa do processo à CD	-
Prazo na CD	até 09/08/2015** (até o 28º dia)
Recebimento previsto no SF	09/08/2015**
Prazo no SF	de 10/08/2015 a 23/08/2015** (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	23/08/2015**
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	de 24/08/2015 a 26/08/2015** (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	27/08/2015** (46º dia)
Prazo final no Congresso	10/09/2015** (60 dias)
(1) Prazo final prorrogado	09-11-2015**

(1) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 31, de 2015 - DOU (Seção 1) de 03/09/2015.

\*Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

\*\* Prazo recontado em virtude do disposto no art. 57, § 2º, da CF/88.

## MPV Nº 682/2015

Votação na Câmara dos Deputados	21/10/2015
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	